

**A MULHER COMO ALGOZ
DE SEU PRÓPRIO CRIME:
enquadramento das
notícias do estupro
coletivo ocorrido no Rio
de Janeiro**

THE WOMAN AS AN
EXECUTIONER OF HER OWN
CRIME: news framing of the
collective rape that took place in
Rio de Janeiro

LA MUJER COMO VERDUGO DE
SU PROPIO CRIMEN: marco de la
noticia de la violación en grupo
se produjo en Río de Janeiro

Yasmin Ribeiro Gatto¹
Murilo César Soares^{2, 3, 4}

RESUMO

O artigo analisou as notícias dos jornais digitais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e do portal de notícias G1 sobre o estupro da menor de 16 anos

¹ Jornalista formada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação Midiática da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Bauru. E-mail: yasmingatto@faac.unesp.br.

² É Livre-Docente em Sociologia pela UNESP e pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, mestre em Tecnologia da Educação pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, possui graduação em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Fundação Valeparaibana de Ensino. E-mail: murilo@faac.unesp.br.

³ Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação de Bauru, Departamento de Ciências Humanas. Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, s/n, Vargem Limpa, CEP: 17033-360 - Bauru, SP – Brasil.

⁴ Uma versão preliminar deste estudo foi apresentada no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em setembro de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p517>

que ocorreu no Rio de Janeiro em maio de 2016. O texto teve por objetivo analisar de forma crítica o enquadramento dado às notícias, destacando como a vítima, enquanto mulher, foi noticiada. Ainda se destaca a falta de apuração dos jornais na busca do furo de notícia e considera que a pressa para se ter uma publicação prejudicou a jovem envolvida e os leitores. Utiliza-se para análise, o conceito de enquadramento jornalístico e se discute criticamente as relações de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Enquadramento jornalístico; gênero; feminismo; espetáculo.

ABSTRACT

The article analyzed the news of the digital newspaper "O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo" and the "G1" about the rape of a minor of 16 years that happened in Rio de Janeiro in May 2016. The text aimed to analyze critically the framework given the news, highlighting how the victim as a woman was reported. Also highlights the lack of finding of newspapers in getting the scoop and considers that the rush to have a publication, harmed the young and engaged readers. For analysis we used, the concept of journalistic framework and critically discusses gender relations.

KEYWORDS: Journalistic framing; genre; feminism; show

RESUMEN

El artículo analiza las noticias del periódico digital O Estado de Sao Paulo, Folha de Sao Paulo y el portal de noticias G1 en el más bajo de violación de 16 años que tuvo lugar en Río de Janeiro en mayo de 2016. El texto tuvo como objetivo analizar críticamente el marco dado la noticia, destacando como se informó a la víctima como una mujer. También pone de relieve la falta de determinación de los periódicos en la búsqueda de noticias agujero y considera que la prisa por tener una publicación daño a los jóvenes y los lectores comprometida. Se utiliza para el análisis, el concepto de marco periodística y discute críticamente las relaciones de género.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Março. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2018v4n1p517>

PALABRAS CLAVE: Marco periodística; género; feminismo; espectáculo.

Recebido em: 28.02.2017. Aceito em: 01.11.2017. Publicado em: 01.01.2018.

Introdução

O trabalho tem como objetivo principal analisar o enquadramento dos jornais digitais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o portal de notícias G1 sobre o estupro da menor de 16 anos que ocorreu no Rio de Janeiro em maio de 2016. O caso teve repercussão internacional⁵, gerando muito debate e polêmicas sobre a versão do fato. O caso foi concluído depois de um mês da data de ocorrência e foi comprovado o crime de estupro com sete indiciados, dois deles condenados a 15 anos de prisão em regime fechado. O texto visa demonstrar como a vítima, enquanto mulher, foi tratada pelos meios de comunicação e como rapidamente ela se tornou culpada pelo crime.

Os meios noticiosos como aparelhos principais de hegemonia, têm papel preponderante na formação de discursos, o que dá a eles muitos poderes quando o assunto é discussão de gênero. De acordo com Miguel e Biroli (2014) o debate sobre a mulher se tornou senso comum, sobretudo, no discurso jornalístico, que apresenta a luta pelos direitos da mulher como algo superado "uma vez que as mulheres obtiveram acesso à educação, direitos políticos, igualdade formal no casamento e uma presença maior e mais diversificada no mercado de trabalho" (p. 17), mas mesmo com todos esses avanços, as evidências do domínio masculino são preponderantes na sociedade.

Historicamente, a desigualdade entre homem e mulher na sociedade tem sido evidenciada cientificamente e essa disparidade vem sendo perpetuada por meio de discursos machistas que são propagados pelos aparelhos privados de

⁵ O jornal americano The New York Times afirmou "indignação generalizada e pedidos para que o governo federal combata crimes contra as mulheres". A rede britânica BBC News disse que a divulgação do vídeo "chocou o Brasil" e reportou uma série de protestos que foram realizados em repúdio à violência contra a mulher. O jornal canadense The Globe and Mail registrou a busca da polícia pelos suspeitos e falou sobre a cultura do estupro.

hegemonia⁶. É válido ressaltar também que o machismo é essencial para a reprodução desigual da força de trabalho, essa disparidade é reproduzida não só pelo sistema em que se vive, mas internalizada pelos discursos prontos que sempre valorizam o labor do homem e desconsideram o da mulher, pois para ela foi reservado primordialmente o âmbito doméstico. Haug (2006) infere que "(...) a divisão entre trabalho assalariado e trabalho doméstico promove um padrão de dominação nas relações de gênero".

As análises aqui propostas são desenvolvidas com base em duas premissas principais. Primeiro, o conceito de enquadramento jornalístico, entendendo "(...) os enquadramentos como acontecimentos que fazem com que se entenda como os jogos de poder, as disputas de sentidos e os atores envolvidos nas interações com o jornalismo estão presentes nos textos" (CARVALHO, 2012, p. 19) e, segundo, a perspectiva crítica sobre as relações de gênero, não ignorando que muitas das notícias publicadas resultam de um modo específico de se pensar a realidade na sociedade capitalista. Assim, parte-se do pressuposto de que "as relações de gênero só podem ser ignoradas assumindo que há somente um sexo, o masculino, em cujo caso todas as relações devem ser representadas como masculinas" (HAUG, 2006, p.314).

Enquadramento Jornalístico

A atividade jornalística permite ao jornalista produzir 'recortes' do real, excluindo assim alguns aspectos dos acontecimentos ou dando ênfase a outros fatos, ou seja, ao fazer esses recortes arbitrários o repórter não noticia na perspectiva da totalidade, mas sim por meio de fragmentos, isto é, de enquadramentos.

⁶ Escola, Igreja, sindicatos, partidos políticos e mídia (MORAES, 2016).

Segundo Soares (2006), a análise de enquadramento é extremamente adequada para analisar materiais jornalísticos, pois ela é capaz de colocar em evidência alguns vieses implícitos da produção. É uma abordagem que salienta a construção do texto, que possibilita ao pesquisador conhecer o que há de implícito, ultrapassando a suposta objetividade e imparcialidade dos textos. “Ao desenvolver a análise, o pesquisador identifica as estratégias textuais e as representações contidas em um *corpus*, podendo estabelecer, por exemplo, contrastes entre coberturas diferentes, as quais, a uma simples leitura, podem parecer semelhantes” (SOARES, 2006, p. 2).

Segundo Carvalho (2009) o conceito de enquadramento utilizado por pesquisadores atuais provém de uma abordagem proposta originalmente por Erving Goffman, no campo da Sociologia, e tem sido um dos suportes para entender como as notícias são apresentadas pelos jornalistas. “O enquadramento está centrado em reflexões acerca dos modos como é possível, a cada indivíduo, identificar a situação diante da qual se encontra em presença” (CARVALHO, 2009, p.3).

O enquadramento vai possibilitar ao indivíduo uma interpretação da notícia, podendo ele entender a cena que lhe está sendo apresentada naquele momento.

(...) narrar um acontecimento transformado em notícia, dando-lhe um enquadramento, consiste, (...) na seleção de aspectos que deem à narrativa sobre ele inteligibilidade, a partir de estruturas cognitivas e quadros de referência que conduzirão a uma determinada visão, dentre uma série de outras possíveis, relativamente ao que é apresentado ao fruidor da informação daí resultante (CARVALHO, 2009, p.5).

Essa teoria possibilita ao pesquisador perceber dentro dos textos o tema selecionado e o que foi enfatizado, podendo ele ainda pensar sobre os aspectos

excluídos, além do possível motivo dessa exclusão por parte dos próprios jornalistas.

(...) ao fornecerem, repetirem e, reforçarem palavras e imagens que referenciam algumas ideias, mas não outras, os enquadramentos tornam algumas ideias mais salientes no texto, outras menos e outras inteiramente invisíveis. As orientações dos enquadramentos são difíceis de detectar porque muitos artifícios podem parecer “naturais”, simples escolhas de palavras ou imagens (ENTMAN apud SOARES, 2009, p 3-4).

É válido pensar também como os operadores jornalísticos e os consumidores desses produtos interagem e dão suporte para o entendimento dos acontecimentos sociais, entrando assim em uma reprodução de ideias, salientando aspectos que favorecem determinadas características sendo elas boas ou ruins para o gênero feminino.

O enquadramento, forma de representação do próprio jornalismo, exerce forte influência nos leitores e isso é confirmado por meio de várias pesquisas empíricas (SOARES, 2009). A representação não é apenas uma informação pontual, ela traz consigo um tipo de simulação de objetos, eventos, manifestações, relações sociais, com o objetivo de mostrá-los de alguma maneira.

Ainda de acordo com Soares (2006), existem novos estudos que apontam que dependendo do enquadramento dado a uma matéria, ele pode ter consequência direta no modo como o público percebe e entende determinado acontecimento.

Os resultados têm sido estudados sob a denominação de “efeitos de enquadramento” e ocorrem porque as pessoas teriam a tendência para empregar “atalhos cognitivos” ou heurísticos para processar a informação, baseando-se nas informações disponíveis para fazerem seus julgamentos. Assim, se os meios noticiosos enfatizam

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p517>

determinada informação sobre um assunto, ela se torna acessível à audiência e pode afetar opiniões e atitudes (SOARES, 2006, p. 7).

O processo de enquadramento nos diz o que foi aquele acontecimento ou como o meio de comunicação o definiu. Ou seja, é por meio desse recorte que o público vai conseguir entender determinado acontecimento. Vale destacar que os enquadramentos são complexos e interverem no olhar do leitor, mas não de forma unilateral. Existe uma produção de disputas de sentidos que perpassam esses processos de recepção do leitor, levando em consideração o conhecimento de mundo dele.

Gênero e Comunicação

As pesquisas em gênero têm crescido dentro do âmbito da comunicação, visto que muitos trabalhos acadêmicos, com destaque para Cerqueira (2008), Mazer (2013) e Santos (2002), têm discutido como a mídia constrói a imagem da mulher, como elas são noticiadas e de que modo isso influi na visão da sociedade sobre elas. Quando se pensa em representação jornalística é importante refletir sobre os mais diversos temas relacionados ao feminismo⁷, como: padrão de beleza, violência doméstica, simbólica, social, como as mulheres se tornam fetiches nos jornais, como elas são fontes de notícias e etc.

Segundo Haraway (1991, p.211), o conceito de gênero foi articulado e teorizado no contexto dos movimentos de mulheres feministas do pós-guerra.

⁷ "O movimento feminista vem travando uma luta no sentido de denunciar os conceitos de "masculino" e "feminino" na sua oposição de "superior" e "inferior". Esta hierarquia entre masculino – superior e o feminino – inferior é uma construção ideológica e não reflexo da diferenciação biológica. Esta diferenciação não implica em desigualdade. (...) o movimento feminista tem colocado como bandeira de luta: funções iguais, salários e direitos iguais; igualdade de oportunidade no acesso ao mercado de trabalho e à ascensão e aprimoramento profissional" (ALVES e PITANGUY, 2003).

Esta classificação não pode ser encontrada nos escritos de Marx e Engels, embora os autores marxistas tenham dado importante contribuição para teorizações posteriores sobre gênero, mas em Simone de Beauvoir, cuja reflexão adverte que “não se nasce mulher, mas torna-se mulher⁸” inaugura as observações modernas sobre gênero e possibilita a construção das mulheres como um coletivo histórico, ou seja, sujeitos em processo.

É válido destacar que essa distinção entre sexo/gênero e natureza/cultura permitiu o combate de determinismos biológicos que eram utilizados contra as feministas na época. “Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta” (HARAWAY, 1991, p.211).

A expressão “relações de gênero” vem sendo utilizada no campo das ciências sociais a partir de uma perspectiva culturalista onde essas categorias diferenciais não implicam um reconhecimento de uma essência masculina ou feminina. Quartim de Moraes (2000, p.96) aponta que

O que chamamos de homem e mulher não é o produto da sexualidade biológica mas de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder. A categoria gênero ressalta a dimensão flutuante do ser homem e do ser mulher e, nessa medida, precisa recorrer a outras teorias para dar conta desta situação de amálgama entre o ser biológico e o ser social.

⁸(...) essas qualidades ‘femininas’ são fruto, portanto, da nossa opressão (...). Dizer que a mulher tem ligações especiais com a terra, com o ritmo lunar, com as marés, etc. Que mais tem alma, que é naturalmente menos destruidora. Não, se houver alguma verdade nisso tudo, não é em função de nossa natureza e sim de nossas condições de vida. As garotinhas ‘tão femininas’ são fabricadas assim e não nascidas assim. Numerosos estudos o provam. *A priori*, uma mulher não tem valor especial porque é mulher. Seria biologismo mais retrógrado, em contradição com tudo o que penso (DE BEAUVOIR, 1976, p. 77 apud SCHWARZER, 1986).

Já Saffioti (2004, p.45) explicita que há ainda um campo limitado de consenso sobre esta categoria dizendo que “o gênero é a construção social do masculino e do feminino”. A autora anuncia uma nova perspectiva para trabalhar com estes conceitos, dizendo que eles não devem ser usados ou pensados de forma separada.

A elaboração social do sexo deve mesmo ser ressaltada, sem, contudo, gerar a dicotomia sexo e gênero, um situado na biologia, na natureza, outro, na sociedade, na cultura. É possível trilhar caminhos para eliminar esta dualidade. Algumas poucas teorias já formuladas têm tratado de fugir das categorias cartesianas, com certo êxito. Um grande contingente de feministas, mulheres e homens, tem combatido o raciocínio dualista, o que já representa algo (SAFFIOTI, 2004, p.108).

A postura assumida por Saffioti (2004) consiste em considerar sexo e gênero uma unidade, sendo que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida. A autora leva em conta a ontogênese (estudo do ser social), mostrando deste modo, que não há separação entre as esferas ontológicas, sendo elas, a orgânica, a inorgânica e o próprio ser social. “O ser humano deve ser visto como uma totalidade, na medida em que é uno e indivisível” (SAFFIOTI, 2004, p.110).

Contexto do caso analisado

O estupro coletivo de uma menor de 16 anos, ocorrido no dia 21 de maio de 2016 no complexo de favelas São José Operário, zona oeste do Rio de Janeiro, chocou a sociedade brasileira. A menor só teve coragem de dar seu primeiro depoimento à polícia cinco dias depois do acontecimento. A mídia, ao divulgar o caso que ainda estava sendo apurado pela polícia, afirmou de forma enfática que a jovem tinha sido estuprada por trinta e três homens. Até julho de

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p517>

2016 a polícia ainda não havia terminado as investigações e a mídia, sem apuração, ora publicava que ela havia sido estuprada por mais de trinta homens, ora desmentia o caso e isso acontecia de acordo com o andamento das investigações.

Esse acontecimento gerou tanta polêmica que um evento foi criado por meio das redes sociais para discutir e debater a cultura do estupro. O ato realizado em diversas partes do Brasil chamado “Por Todas Elas” reuniu pessoas que lutam pela equidade de gênero e mulheres que já foram vítimas de estupro ou assédio. Este evento destacou a cobertura da mídia e pediu que assuntos deste cunho sejam publicados com mais responsabilidade. Tem-se mais uma vez a discussão da responsabilidade do jornalismo na reprodução de notícias e na produção de sentido onde os telespectadores/ leitores se sentiram prejudicados com a forma que a mídia noticiou o fato.

Dois pontos são passíveis de análise neste fato, o primeiro deles é a espetacularização e o sensacionalismo da notícia como forma de atrair o público mesmo sem ter provas do número exato de participantes e o segundo destaque é para a forma como a vítima foi tratada pelos meios de comunicação. As notícias começaram a ser divulgadas a partir de 26/05, dia em que a jovem prestou o primeiro depoimento para a polícia. Vale ressaltar que as análises aqui expostas se detiveram apenas aos textos presentes nas webnotícias.

Análises

Análise 1

Vítima de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua

Revista 'Veja' teve acesso a parte do depoimento da adolescente.
Um suspeito do crime foi identificado, segundo a Polícia Civil.

Do G1 Rio



Figura 1: Matéria 26/05 – G1

“**Vítima de estupro** coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua” (grifos nossos, Figura1). A matéria publicada no portal G1 afirma algumas vezes que a jovem foi violentada por pelo menos trinta homens, que sentia dores no útero e que ela e a família estavam bastante abaladas com o acontecimento. A matéria narra todo o acontecimento e o andamento das investigações, destacando a conduta da vítima e repetindo várias vezes que a menor era usuária de drogas, já “frequentava” a comunidade há anos e que era mãe de um menino de 13 anos. O texto parece ser dividido em duas partes, o primeiro deles traz o relato da menor e da família e a segunda parte se configura no depoimento das fontes oficiais como a PM, OAB e Ministério Público. É válido destacar que essas partes da matéria são muito diferentes, pois no depoimento da menor, o G1 afirma que aconteceu o estupro por mais de 30 homens e na parte da fala das fontes oficiais existe todo um critério de fala como “suposto estupro”, “andamento das investigações” e dicas de como ajudar a polícia. Apesar do texto dar destaque para as fontes oficiais, que não confirmam o crime, os jornalistas optaram por fazer uma chamada com o título que afirma o

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p517>

estupro, como se eles tivessem certeza do ocorrido. Nem mesmo a fala da menor diz que foram 30 homens, ela relata que “foram vários”, mas não 30. Ao mesmo tempo em que o G1 legitima o depoimento dela, os jornalistas ressaltam a conduta duvidosa da menina.

Análise 2



Figura 2: Matéria 26/05 – G1

Horas depois do mesmo dia o site de notícias publica: “Polícia identifica um dos suspeitos de participar de estupro coletivo no Rio” (Figura 2). Na linha de apoio o jornal traz: “Jovem que **teria sido** abusada por vários homens é submetida a exames (...)” (grifos nossos). Nesta notícia o jornal aborda a menor como uma “suposta vítima” e não existe mais a afirmativa que foram pelo menos 30 homens. Os jornalistas mudam esses “detalhes” no texto, pois o resto das informações continuam as mesmas da primeira matéria, dando destaque à conduta da menor na repetição da fala da avó, que diz:

“O vídeo é chocante, eu assisti. Ela está completamente desligada”, diz a avó. “Ela tem umas coleguinhas lá, mas nessa hora nenhuma apareceu”, disse a avó da adolescente em entrevista à rádio CBN, após saber que a neta pode ter sido violentada por cerca de 30 homens. De acordo com a avó, a garota foi localizada por um agente comunitário

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p517>

e levada para casa. De acordo com a avó da menina, ela costuma ir para comunidades desde os 13 anos e, às vezes, passa alguns dias sem dar notícias. Ainda segundo a avó, a garota é usuária de drogas há cerca de quatro anos. No entanto, segundo ela, nunca recebeu notícias de que a neta tenha sido vítima de outros abusos. A jovem é mãe de um menino de 3 anos (G1, 2016).

Análise 3

‘O próprio delegado me culpou’, diz menor que sofreu estupro no Rio

Jovem contou ao 'Fantástico' que está se sentindo em 'cárcere privado'. Ela afirma ainda que nunca havia sofrido violência sexual.

Do G1 Rio



Figura 3: Matéria 29/05 – G1

Já no dia 29/05 o G1 publicou uma matéria (Figura 3) que trazia a entrevista da menor que relatou tudo o que estava passando após o crime. Ela inclusive fala na entrevista de ameaças de morte nas redes sociais e por telefone, relata ainda o modo como foi tratada pelo delegado de polícia, Alessandro Thiers, que fora afastado do caso. Um trecho da matéria:

“O próprio delegado me culpou. Quando eu fui à delegacia eu não me senti à vontade em nenhum momento. Eu acho que é por isso que muitas mulheres não fazem denúncias. Tentaram me incriminar, como se eu tivesse culpa por ser estuprada, relatou a menor, que afirma que chegou a pedir para que o depoimento fosse interrompido. Ele colocou na mesa as fotos e o vídeo. Expôs e falou: ‘me conta aí’. Só falou isso. Não me perguntou se eu estava bem, se eu tinha proteção, como eu estava. Só falou: ‘me conta aí’, relatou a adolescente” (G1, 2016).

O delegado que foi afastado do caso trata a menor como a culpada, como alguém que foi até a comunidade “procurar” por sexo em grupo e mais uma vez o G1 destaca que a menor frequentava a comunidade. O texto é bem

extenso e o destaque é para a fala da jovem e para as ameaças que ela tem recebido por meio das redes sociais. Apesar de o portal trazer a informação da mudança do delegado do caso, em nenhum momento o veículo problematiza a postura dele, eles apenas colocam uma fala do Chefe da Polícia Civil que diz que vai apurar a possível falta de tato do delegado com a menor e que quer garantir a imparcialidade na investigação não gerando assim mais outra investigação. É importante dizer que a delegada que assumiu o caso, Cristina Bento, é titular da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente Víctima (DCAV), ou seja, uma pessoa que trata de casos com menores, o que leva a pensar que a falta de tato do delegado anterior pode ter prejudicado o andamento das investigações e também na exposição da vítima.

Análise 4

Laudo feito 4 dias após estupro no Rio não aponta indício de violência

Demora em fazer exame foi determinante para o resultado, diz documento. Chefe da polícia disse que perícia de vídeo pode contrariar o senso comum.

Do G1 Rio



Figura 4: Matéria 30/05 – G1

No dia 30, o mesmo portal de notícias publicou uma matéria intitulada: “Laudo feito quatro dias após estupro no Rio não aponta indício de violência” (Figura 4). Neste texto o chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, diz ironicamente que os exames não trazem vestígios de sangue o que pode contrariar o senso comum, ou seja, a população achava que tinha sido estupro e os exames iriam comprovar o contrário. Trecho da matéria:

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p517>

“Não há vestígios de sangue nenhum que se possa perceber pelas imagens que foram registradas. Eles [os peritos] já estão antecipando, alinhando algumas conclusões quanto ao emprego de violência, quanto à coleta de espermatozoides, quanto às práticas sexuais que possam ter sido praticadas com ela ou não. **Então, o laudo vai trazer algumas respostas que, de certa forma, vão contrariar o senso comum que vem sendo formado por pessoas que sequer assistiram ao vídeo**”, concluiu Veloso (G1, 2016).

A matéria afirma que o laudo foi feito quatro dias após o estupro, mas não problematiza o fato de que ao se passar dias do crime os vestígios podem ter sido apagados. O chefe da Polícia Civil tem voz predominante na matéria, ele fala em vários momentos, inclusive quando o assunto é a troca de delegados. Os jornalistas optam por deixar o mesmo trecho da fala publicada em matéria anterior sobre a mudança de delegados, mas ainda colocam Veloso defendendo Alessandro Thiers, falando de sua capacidade tal qual da atual delegada e afirmando que ela tem mais “tato” porque trabalha diariamente com isso e o delegado não, como se isso justificasse o desrespeito do encarregado, conforme denúncia da vítima.

Existe ainda uma parte do texto que traz a fala da menor, onde os jornalistas repetem o mesmo trecho de aspas anteriores sem colocar itens novos fornecidos por ela, em entrevista ao Fantástico, que foi citado na matéria do G1, onde a adolescente explica o porquê de pedir interrupção do depoimento com Alessandro Thiers e pedir que ele saia do caso. O portal de notícias cita a entrevista da menor, mas não explora todas as nuances declaradas por ela, onde a vítima fala abertamente sobre a humilhação que foi submetida no dia de prestar depoimentos pelo delegado Alessandro Thiers.

Eles não exploram também a defesa da menor que diz que não usou drogas naquela noite, que, ao contrário, do que o G1 reafirmou nas matérias anteriores sobre ela ser frequentadora assídua da comunidade, a menor diz que

não ia com tanta frequência até o local e ainda ressalta que as pessoas estavam julgando-a pela roupa que usava e ela se defende afirmando que nenhuma mulher pode ser julgada pela roupa que veste e essa fala não aparece em nenhum lugar.

Existe uma espécie de proteção do delegado no texto, uma exclusão de falas importantes do depoimento da menor que, de certa forma, é uma defesa dela sobre todos os ataques que ela sofreu e que a colocaram como uma “adolescente drogada e que pediu para ser estuprada”, essa defesa não aparece em nenhum momento no texto. A menor continua sendo criminalizada.

Pode-se destacar ainda que os aspectos enfatizados e excluídos no texto fazem parte de uma determinada abordagem de enquadramento que os jornalistas do G1 optaram por fazer.

Análise 5



Figura 5: Matéria 30/05 – Dolha de S.Paulo

A Folha de São de Paulo, no dia 30 de maio, também publicou uma matéria em relação ao caso, intitulada: “'Estupro está provado', diz delegada

sobre caso no Rio; suspeitos são presos” (Figura 5), mas o enquadramento dado ao texto foi totalmente diferente do que o da matéria do G1 do mesmo dia. Um trecho da matéria:

Segundo os policiais, a perícia técnica do IML ficou prejudicada, por causa do tempo decorrido entre o crime e o exame. **“Não foram colhidos indícios de violência, o que não quer dizer que ela não aconteceu”, disse o chefe da Polícia Civil.** A diretora do IML afirmou que os peritos procuraram material biológico dos estupradores no corpo da vítima e não encontraram. Diferentes fatores, segundo ela, interferem nessa questão, desde o uso de preservativos até o tempo decorrido para o exame. “O prazo de cinco dias dificulta muita coisa. Quanto mais próximo da violência for o exame, mais fácil é a gente detectar qualquer vestígio. O corpo tem reações que são muito fugazes, desaparecem rapidamente. Então, quanto mais próximo da lesão for o exame, maiores as chances de produzir provas técnicas”, disse Adriane Rego. **“Os vestígios se perderam em razão dos vários dias que se passaram. Mas a polícia não pode afirmar que não houve lesão só porque o laudo não constatou”** (Folha de São Paulo, 2016, grifos nossos).

Neste texto, os jornalistas explicaram por meio das falas dos entrevistados que não foi porque não existiam vestígios de estupro que ele não poderia ter ocorrido, pois diversos fatores dificultaram a investigação como, por exemplo, a demora na realização dos exames.

Há predominância da fala da delegada que assumiu o caso, o jornal Folha de São Paulo faz outra abordagem para o caso, eles contextualizam tudo que aconteceu, colocando data em ordem cronológica para os leitores entenderem e afirmam, na fala da delegada, que o estupro foi comprovado pelo vídeo que traz a menina desacordada e nua e também pelo depoimento dela. Ou seja, a delegada não coloca em dúvida em nenhum momento a índole da menor ou mesmo o comportamento da vida privada dela. O fato de ela ser uma possível usuária de drogas, mãe aos 13 anos e que gostava de frequentar o

morro não exclui o fato da violência, o que está posto aqui é o estupro independente do comportamento “moral” e individual da menor.

Análise 6



Figura 6: Matéria 30/05 – O Estado de São Paulo

O jornal O Estado de São Paulo também no dia 30 de maio publica uma matéria dizendo: “Imagens comprovam estupro coletivo, afirma delegada; há dois presos e quatro foragidos” (Figura 6). O Estadão, assim como a Folha, discorre de forma explicativa sobre o crime ocorrido e colocam a delegada como fonte principal explicando para os leitores que o fato de não haver provas nos exames de estupro não significa que não tenha ocorrido.

Vale dizer ainda que segundo o Código Penal, na Lei 12.015 de 2009, diz que até mesmo um toque íntimo sem consentimento da vítima pode ser considerado estupro, ou seja, desde o depoimento da vítima e por meio do vídeo divulgado na internet podia-se ter sido considerado crime de estupro, mas os veículos abordaram o fato de forma muito equivocada ora dizendo que

tinha sido estuprada por 30 homens, ora dizendo que não havia provas suficientes para o crime.

Os últimos jornais citados, O Estado de S. Paulo e Folha de São Paulo, não colocam o chefe da polícia como alguém que desmerece o caso, tampouco falam de forma pejorativa sobre o ocorrido pelo fato de não haver provas concretas. Isso tudo pode ser identificado pelo enquadramento que foi dado aos textos, sendo percebido nas palavras empregadas, na escolha das fontes, na ênfase na fala da delegada, na tentativa de humanização da vítima, etc.. Eles ainda deram bastante destaque para a delegada que assumiu o caso, pois ela afirmava que tinha ocorrido crime, só não podia ser exata no número de envolvidos no delito.

Vale dizer ainda que os três veículos analisados se valem de uma predominância de fontes oficiais, o G1 usa majoritariamente a fala do delegado afastado e do chefe de polícia, já o Estadão e a Folha de São Paulo utilizam a fala da delegada que assumiu o caso.

Pode-se dizer que nos jornais que deram uma abordagem mais humanizada no caso, foram aqueles que se valeram da fala da delegada, já o G1 faz uma abordagem muito machista e que criminaliza o tempo todo a jovem, o que nos leva a pensar que se não tivessem trocado de delegado a menor seria colocada como vítima duvidosa por sua conduta anterior ao acontecimento. Todos os veículos de comunicação analisados pecam pelo excesso do uso das fontes oficiais e que os enquadramentos dados aos textos dependem das fontes escolhidas, pois quando o discurso da fonte oficial é outro, o enquadramento também é diferente. Ou seja, o enquadramento é mais do que a visão de mundo dos jornalistas, é uma disputa de sentido que vai sendo montada nas fontes escolhidas, nas predominâncias de fala, nas ênfases dadas, nos aspectos excluídos e nos selecionados que compõem o texto e fazem com



ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Março. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p517>

o que o leitor entenda o que foi que aconteceu e como o veículo noticioso define determinado acontecimento.

Síntese da cobertura

Com base nas análises das matérias dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo e do portal de notícias G1 infere-se que a mídia foi precipitada ao divulgar o número de 33 homens e de ter anunciado para os leitores que houve estupro e horas depois ter praticamente desmentido a menina por falta de provas.

Não se pode deixar de falar sobre a rotina produtiva dos jornais online, que têm características específicas que merecem ser levadas em consideração, como a possibilidade de atualização momentânea da notícia, como o uso de hiperlinks que deixam a informação mais completa, a possibilidade de uso de galerias de imagens e vídeos que auxiliam na informação publicada. O G1 quando publicou a primeira notícia sobre o estupro que afirmou ser por 33 homens e que a menor de fato tinha sido estuprada, teve a possibilidade de ter alterado a informação, mas ao invés de edição, eles preferiram começar a desqualificar a garota por sua conduta. Debord (2003, p.10) nos ajuda a entender isso inferindo que

O espetáculo que inverte o real é efetivamente um produto. Ao mesmo tempo, a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo e retorna em si a ordem espetacular à qual adere a forma positiva. A realidade objetiva está presente dos dois lados.

Ou seja, a vida real toma caráter de espetáculo, logo, de mercadoria, porque a notícia “foi estuprada por mais de 30” vende ou é mais acessada de que “houve violência sexual, mas não se tem certeza de quantos estavam

envolvidos”, é o valor-notícia também sendo empregado para a escolha do enquadramento jornalístico e a escolha vai ser sempre pela manchete que vende mais, pois segundo Debord (p.28, 2003) “o espetáculo é a outra face do dinheiro: o equivalente geral abstrato de todas as mercadorias”.

Além do espetacular “mais de 30”, com o passar das horas não se tinha certeza se tinha acontecido um crime e para reverter a falta de apuração, os meios de comunicação colocaram diversos fatores como determinantes como, por exemplo, dados de que ela era envolvida com o tráfico de drogas, que ela era usuária de substâncias entorpecentes e que ela tinha tido um filho com 13 anos e principalmente na noite do crime ela estava sob efeito de drogas em um baile funk.

Aparentemente, os meios se valeram desses discursos para tentar consertar um erro de apuração. As matérias jornalísticas, ao enquadrarem a notícia, parecem colocar a menor como culpada do crime por estar em uma festa e, sobretudo, por usar drogas. Segundo Carvalho (2012, p. 175)

Enquadramentos permitem ao jornalista processar grandes quantidades de informação rápida e rotineiramente: reconhecê-la como informação, associá-la a categorias cognitivas e empacotá-la para retransmissão eficiente às suas audiências. Qualquer abordagem analítica para o jornalismo tem de perguntar: Qual é o enquadramento aqui? Por que este enquadramento e não outro? Que padrões são compartilhados por enquadramentos ligados a este evento e os enquadramentos ligados àquele outro, por que enquadramentos em mídias diferentes? E como a instituição de veiculação de notícias fragmenta essas regularidades? E então: Que diferença os enquadramentos fazem (...)?

Quais os padrões reproduzidos por esses enquadramentos publicados pelos jornais? Para consertar um erro de apuração, eles insinuam, usam termos pejorativos, reafirmam estereótipos de que uma mulher que está em um baile

funk, por exemplo, e que usa drogas merece ser estuprada porque esses fatos fazem dela uma incitadora e não uma vítima. Isso porque a cultura do estupro⁹ é forte e reproduzida diariamente pelos meios de comunicação, seja por meio de publicidade ou pela forma em que as mulheres são retratadas nos materiais jornalísticos.

(...) os meios de comunicação modernos são a concretização tecnológica máxima da "representação" naquele sentido de uma reapresentação, a partir da semelhança, da figuratividade da imagem, da simulação. Como aparentam ser ou mesmo se apresentam como um retrato do mundo, essas representações instauram ou sancionam, homologam, naturalizam certos vieses, os quais, no âmbito discursivo, sugerem que esse é o modo de ser da sociedade representada, podendo servir para fixar ou confirmar estereótipos étnicos, sociais, de gênero, profissionais. Trata-se ora da instauração de padrões "normais" ou "modelos", ora de imagens pejorativas ou idealizadas de populações, categorias sociais, minorias etc. (...) (SOARES, 2009, p. 18-20).

Levando em consideração as contribuições de Soares (2009) pode-se entender que houve uma naturalização/banalização do caso após o espetáculo dos "mais de 30" ter sido desfeita porque os exames não comprovaram a violência, ou seja, se tivessem certeza que a menor havia sido estuprada por mais de 30 homens, o fato merecia destaque, mas como a prova é que tinha sido "apenas 7" o crime não merecia mais tanta repercussão e o que os jornais fizeram foi diminuir a questão e justificar a violência sofrida por ela pela roupa que ela usava, pelo fato dela usar drogas e por ter 16 anos e já ser mãe.

A negação da realidade do estupro decorre amplamente do fato de que a validade do consentimento dos indivíduos é distintamente considerada se são homens ou mulheres e isso agrava quando se leva

⁹ O termo foi cunhado na década de 70 por feministas americanas e, de acordo com o Centro das Mulheres da Universidade Marshall, nos Estados Unidos, é utilizado para descrever um ambiente no qual o estupro é predominante e no qual a violência sexual contra as mulheres é normalizada na mídia e na cultura popular (Revista Galileu, edição junho de 2016).

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p517>

em consideração a posição de classe dessas mulheres e possíveis “desvios” em sua vida sexual em relação aos códigos morais predominantes (...). Há, assim, indícios de que essas formas de violência são, em algum grau, toleradas socialmente, mantendo-se como uma possibilidade constante no horizonte da imaginação social vigente. (Biroli, 2014; Miguel, 2014).

Portanto, os meios de comunicação ao enquadrarem a menor até hoje como “a suposta vítima”; “estava no baile funk e era usuária de drogas” coloca esses supostos desvios da menor como uma justificativa para o ato. Vale dizer ainda que essa cultura do estupro não é difundida desde hoje, isso parte da ideia da mulher enquanto um objeto de desejo e propriedade do homem. “Estamos acostumados a valorizar a mulher não como personalidade, com qualidades e defeitos individuais (...). Para nós, a mulher só tem valor como acessório do homem” (KOLONTAI, 2011, p. 54).

É válido dizer ainda que nenhum dos veículos analisados dão destaque para o fato que a menina em questão é menor de idade, existe banalização do caso e culpabilização excessiva da adolescente. Outro erro dos veículos é a confusão sobre o que é um estupro coletivo, pois eles consideram o coletivo só quando existe o número de 30 homens e quando o número é menor eles falam somente em estupro. Segundo o Código Penal o crime cometido por duas ou mais pessoas já pode ser considerado estupro coletivo.

Considerações Finais

De acordo com as análises feitas, pode-se inferir que a mídia espetacularizou o caso e fez uma abordagem do acontecimento desfavorável à vítima, reproduzindo um discurso estereotipado no trato de uma agressão à mulher. Sempre o que conta são os possíveis desvios de conduta da mulher, há sempre uma investigação da vida dela como se esses fatores influenciassem

diretamente no ato de ser estuprada. Nenhuma mulher quer ser estuprada e nada justifica a violência.

Existiu uma cobertura internacional do caso também e diferentemente dessa cobertura, os meios de comunicação selecionados não fazem uma reflexão ou uma crítica à cultura do estupro, que é também alimentada e estimulada por esse tipo de cobertura de espetacularização.

Os enquadramentos destacaram aspectos e excluíram outros, ocultando informações importantes para que as pessoas ficassem bem informadas e dando muita ênfase para o “foram mais de 30” sem ao menos fazer uma cobertura humanizada do caso, ou seja, o importante na hora de noticiar foi o espetáculo dos “30” e não a crueldade de um crime que cada vez mais está sendo banalizado pela sociedade e pela mídia massiva, além de uma rotina produtiva altamente corrida dos jornalistas. Ainda se pode ressaltar toda violência que a menor sofreu nas redes sociais, vários vídeos foram feitos denegrindo-a e funks surgiram ridicularizando a questão.

Pode-se concluir que existe uma necessidade de denúncia de violências e violações aos direitos humanos sem espetacularização. Os veículos de comunicação precisariam fazer uma abordagem mais humanizada e por esse tipo de abordagem se entende uma cobertura menos focada na quantidade de estupradores e mais focada em um problema que não é isolado, é público e está associado diretamente a valores machistas reproduzidos na sociedade e isso é tão forte que a cobertura jornalística, inclusive, esquece-se de que a vítima é uma adolescente. Isso também nos leva a pensar sobre as limitações do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e do tratamento dispensado a jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade no Brasil, o que não foi abordado pelos meios de comunicação selecionados para esta análise. Fala-se aqui de uma falta de preservação da vítima enquanto menor de idade.

Referências

- ALVES, Branca Moraes e PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CARVALHO, Carlos Alberto. **Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico.** Contemporânea, vol7, nº2. Dez, 2009.
- _____. **Jornalismo, Homofobia e Relações de Gênero.** 1 ed. Curitiba: Appris, 2012.
- CERQUEIRA, Carla Braga. **A Imprensa e a Perspectiva de Gênero:** quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher. Observatório. Portugal, 2008.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- HARAWAY, Donna. **Gênero para um dicionário marxista:** a política sexual de uma palavra. In: Simians, Cyborgs, and Women. Londres, 1991 (Tradução: Mariza Côrrea).
- HAUG, Frigga. **Para uma Teoria das Relações de Gênero.** In: A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas/organizado por Atilio A. Boron – Buenos Aires: CLASCO, 2006.
- KOLONTAI, Alexandra. **A Nova Mulher e a Moral Sexual.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MAZER, Dulce Helena. **Impressões do Corpo Feminino:** reificação e representação da mulher na imprensa. In: XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. S. Cruz do Sul – RS, 2013.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política:** uma introdução/Luiz Felipe Miguel, Flávia Biroli (org.). 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.
- MORAES, Dênis. **Crítica da Mídia e Hegemonia Cultural.** Rio de Janeiro, Maud X: 2016.

QUARTIM DE MORAES. Maria Ligia. **Marxismo e Feminismo**: afinidades e diferenças. Crítica marxista, Campinas – SP, v.11, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Patrícia. **O corpo em pedaços**: análise do discurso sobre mulher nos outdoors de Maringá. Unimontes Científica. Montes Claros, 2002.

SCHWARZER, Alice. **Simone de Beauvoir hoje**/Simone de Beauvoir; [entrevistas concedidas a] Alice Schwarzer; tradução de José Sanz. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

SOARES, Murilo César. **Análise de enquadramento**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. Editora Atlas, 2006.

_____. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: cultura acadêmica, 2009.